



Compromissos na educação

Comentário

Paulo Santiago

Direcção da Educação e das
Competências, OCDE

Ciclo de Seminários “Sextas da Reforma”

Lisboa, 23 de Maio de 2014

Organização do Banco de Portugal, do Conselho das Finanças
Públicas e da Fundação Calouste Gulbenkian



O ciclo político e a continuidade das políticas educativas: A questão

O ciclo político tem potenciais efeitos sobre a natureza das políticas educativas:

- Políticas de curto prazo, implementadas em curtos espaços de tempo e com o objectivo de obtenção de resultados imediatos [e.g. políticas de avaliação externa de alto impacto]
- Políticas com impacto mediático e de alcance limitado no tempo [e.g. publicação resultados a nível de escola; introdução de exames nacionais]
- Políticas com base em análise limitada e pouco fundamentadas na evidência científica
- Ajustes pontuais em vez de políticas sustentadas [e.g. ajustes ao currículo]

Implicações:

O risco é o potencial sacrifício de políticas educativas de longo alcance, como por exemplo:

- A formação inicial dos professores
- Desenvolvimento de competências a vários níveis: compreensão dos objectivos de aprendizagem, avaliação de alunos, utilização de resultados das avaliações ao nível das escolas com fins formativos, auto-avaliação de professores e escolas
- Desenvolvimento das capacidades de liderança pedagógica das escolas
- Implementação de reforma curricular / reorganização da rede escolar
- Coerência e articulação das várias áreas da política educativa



O ciclo político e a continuidade das políticas educativas: As opções

❖ O compromisso / pacto político para a educação

- Substanciado em evidência científica e apoiado por peritos
- Com um vasto leque de apoio e no seguimento de consultas (e.g. livro branco)
- Com boa comunicação dos objectivos, divulgação da base de evidência científica

❖ O seguimento por entidades independentes, por exemplo:

- Agência / Instituto para a avaliação do sistema educativo [e.g. Instituto de Avaliação Educativa do México]
- Organismo independente de seguimento e aconselhamento da execução de políticas governativas de longo prazo (e.g. *Productivity Commission* na Austrália para fazer o seguimento da *National Productivity Agenda*).
- Agência Nacional de Auditoria de (desempenho) da educação

❖ Multiplicar os actores independentes, por exemplo

- A3ES em Portugal – regulação da oferta no Ensino Superior
- Organização profissional de docentes (e.g. Teaching Council, países anglófonos)
- Agências para o desenvolvimento do currículo, avaliação educativa, financiamento do ensino superior, etc. (e.g. Irlanda, Austrália, Inglaterra)

❖ Avaliação do impacto das políticas educativas - por entidades independentes



A autonomia institucional, a capacidade local e o profissionalismo dos professores: **A questão**

Centralização das políticas educativas com estratégias “top-down” sem o devido desenvolvimento da capacidade local (escolas e agentes de apoio à escola) arrisca-se a não ter impacto na prática lectiva e na aprendizagem

Implicações:

A excessiva centralização das políticas educativas tem uma variedade de riscos:

- Perpetua uma cultura de autonomia limitada (e não desenvolve competências para a exercer)
- Limita e faz um mau aproveitamento do profissionalismo dos agentes escolares, nomeadamente dos professores
- Não dá necessariamente resposta às necessidades locais
- Limita consideravelmente a liderança e a dinâmica pedagógica das escolas e o seu potencial para desenvolver práticas inovadoras

Legislação excessivamente detalhada – e, em muitos casos, grande afastamento entre o que está legislado e a realidade no terreno (e.g. avaliação de professores)



A autonomia institucional, a capacidade local e o profissionalismo dos professores: **As opções**

- ❖ **Alcançar um equilíbrio entre a consistência nacional das políticas educativas e a diversidade de práticas a nível local**
 - Desenvolver princípios a nível nacional e permitir flexibilidade de práticas locais dentro desses princípios (e.g. currículo nacional e a nível de escola na Rep. Checa)
- ❖ **Garantir autonomia às escolas e reforçar a sua liderança**
 - Criar condições para que as escolas exerçam a sua autonomia (e.g. Holanda)
 - Desenvolver a capacidade de liderança pedagógica das equipas directivas (e.g. Inglaterra)
 - Agentes locais essenciais para liderar o processo de melhoria da aprendizagem
- ❖ **Investir nas competências dos agentes locais**
 - Capacidade de análise, reflexão e auto-avaliação
 - Compreensão dos objectivos de aprendizagem, técnicas de avaliação
- ❖ **Apostar no profissionalismo dos docentes**
 - O docente como o agente essencial na ligação entre a política educativa e a aprendizagem (e.g. participação na auto avaliação da escola, com o papel principal na avaliação dos alunos, papel reflexivo) (e.g. Nova Zelândia)
 - Gerar comunidades de aprendizagem nas escolas



O reforço da avaliação formativa: A questão

Práticas de avaliação no sistema escolar põem maior ênfase na prestação de contas / responsabilização do que na função de melhoria; há necessidade de utilizar os resultados das avaliações para a melhoria das práticas e estabelecer melhores vínculos com a sala de aula.

Implicações:

- Conceito limitado da avaliação: entendida como um instrumento de prestação de contas, para “controlo” e para averiguar cumprimento das regras
- Mesmo sendo a prestação de contas uma função importante da avaliação, quando se torna dominante pode ter uma série de efeitos indesejáveis
- Função de prestação de contas da avaliação pode limitar a sua função de melhoria
- Peso excessivo da avaliação externa dos alunos pode por em causa a autonomia do professor na avaliação dos seus alunos
- Há alguma relutância, dentro do sistema português, em exercer juízos profissionais sobre o trabalho dos colegas; não existe um clima de “porta aberta”



O reforço da avaliação formativa: **As opções**

❖ **Promover a avaliação formativa a vários níveis**

- Avaliação formativa dos alunos: realçar o papel do aluno no processo de aprendizagem; ênfase em *feedback* valioso que apoie o diálogo na sala de aula (e.g. Suécia)
- Uso formativo da avaliação externa de alunos (e.g. Dinamarca)
- Avaliação formativa dos professores
- Auto-avaliação das escolas (e.g. Escócia)

❖ **Comunicar adequadamente os objectivos das avaliações**

- O propósito último é a melhoria das aprendizagens

❖ **Promover um clima de “porta aberta” e valorizar o diálogo profissional**

- Centralidade da observação de aulas
- Gerar intercâmbio entre colegas sobre práticas lectivas (e.g. Nova Zelândia)
- Contribuir para a avaliação das práticas lectivas na escola

❖ **Desenvolver competências para a avaliação formativa**

❖ **Desenvolver uma cultura de formação contínua dos professores**



Outras áreas prioritárias

❖ Investimento no pré-escolar

- Elevado “retorno” e importante contribuição para a equidade no sistema educativo
- Uma importante prioridade nos países da OCDE (e Portugal acima da média!)

❖ A aprendizagem dos adultos

- Importante ter em conta as baixas qualificações da população activa
- Adequar a oferta às necessidades de uma população heterogénea
- Fornecer incentivos adequados aos adultos e aos empregadores

❖ A política docente

- Repensar estrutura da carreira e alinhá-la com tarefas na escola / padrões de desempenho
- Selecção e recrutamento / Maior ênfase na qualidade
- Responsabilização / profissionalismo / colaboração / comunidades de aprendizagem

❖ A expansão do ensino profissional

- Valorizar o ensino profissional / envolver os empregadores / oferta relevante
- Articular adequadamente com outros níveis e sectores do sistema educativo
- Riscos de uma escolha precoce por parte dos alunos



Outras áreas prioritárias

❖ Equidade na educação

- **Impacto da origem socioeconómica** dos alunos nos resultados escolares é maior do que a média da OCDE - requiere diferenciação de recursos e intervenções pontuais
- **Políticas potencialmente penalizantes**: retenção escolar; exames (sobretudo no ensino básico); “liberdade de escolha”; opção precoce de via profissional
- Esforço com populações estudantis com **necessidades educativas especiais**

❖ Desenvolvimento do ensino superior

- **Sustentabilidade do financiamento público**: custo partilhado; fontes alternativas; eficiência na utilização dos recursos
- **“Outward focus”**: vínculos estreitos com sector empresarial / empregadores; diversificar oferta, adaptá-la à heterogeneidade estudantil e alinhá-la às necessidades do mercado laboral; vínculos instituições-empresas para investigação e inovação; gestão institucional aberta à sociedade; internacionalização; mercado académico “aberto”; contribuição para o desenvolvimento regional
- Assegurar **autonomia na gestão das instituições** com a devida prestação de contas; definição da missão; incentivos para o empreendedorismo (incluindo comercialização de resultados de I&D); gestão dos seus recursos



OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO

CONTACTO:

WWW.OECD.ORG/EDUCATION
PAULO.SANTIAGO@OECD.ORG